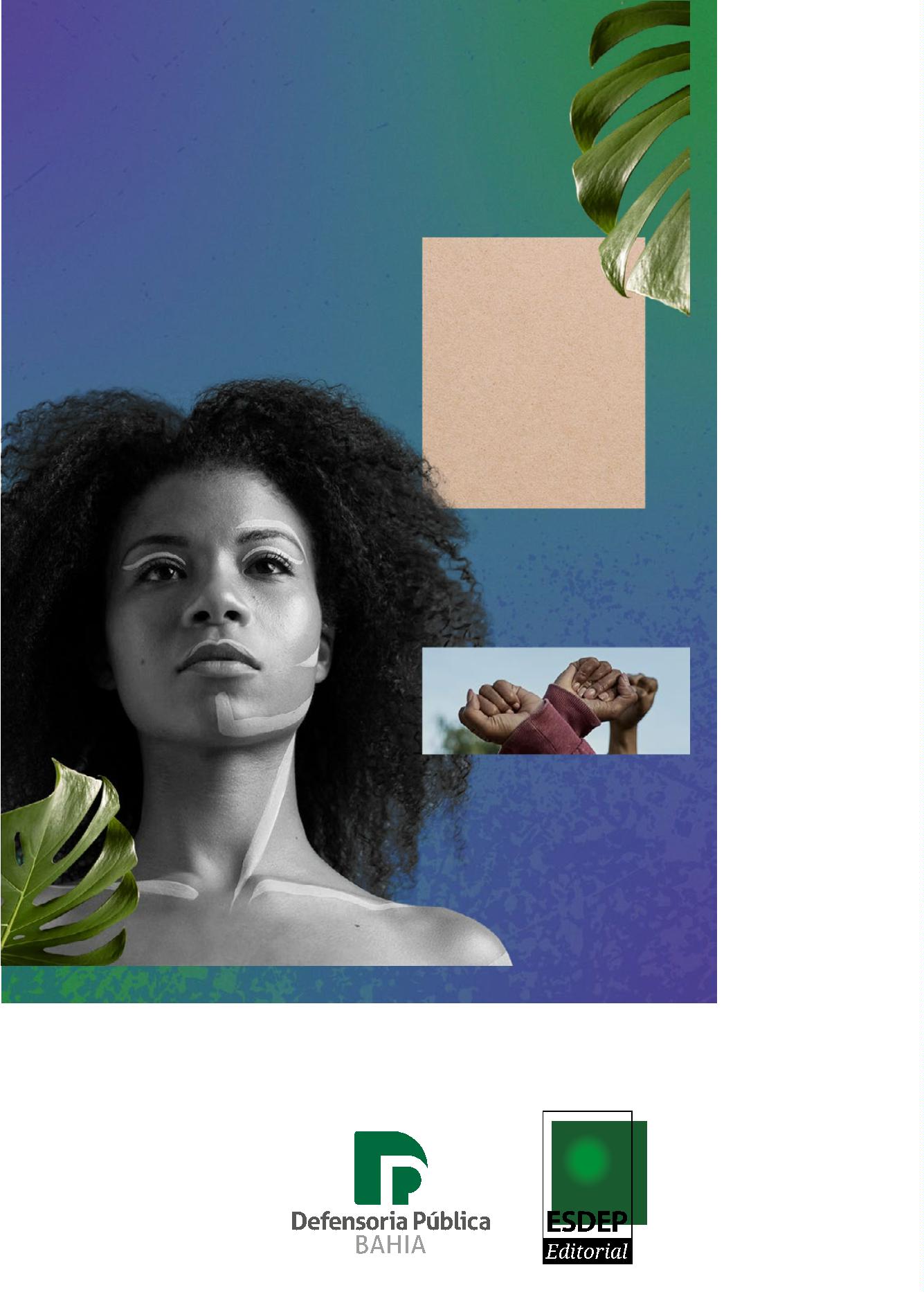
COM

DIREITOS,

CONTRA O

RACISMO

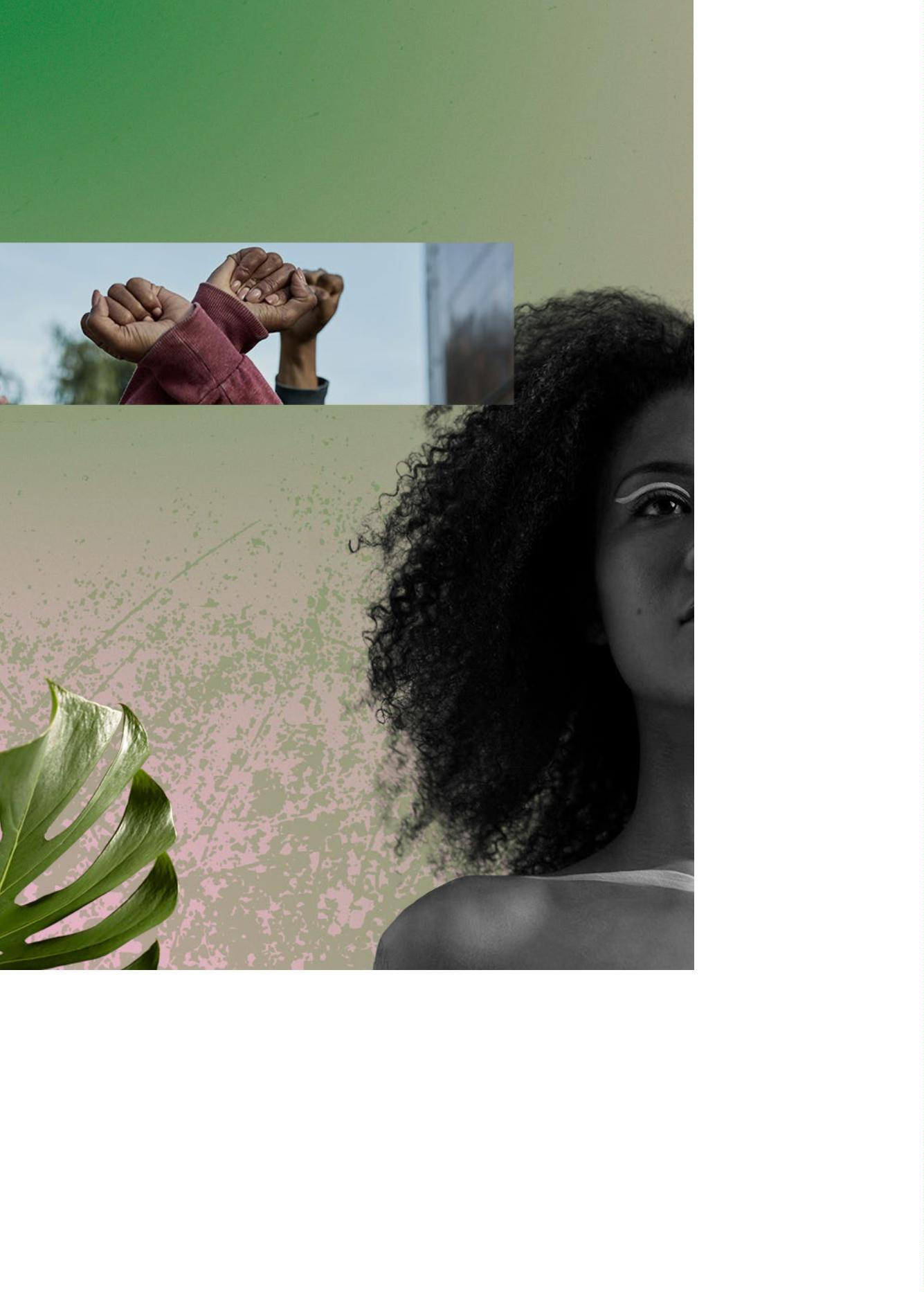
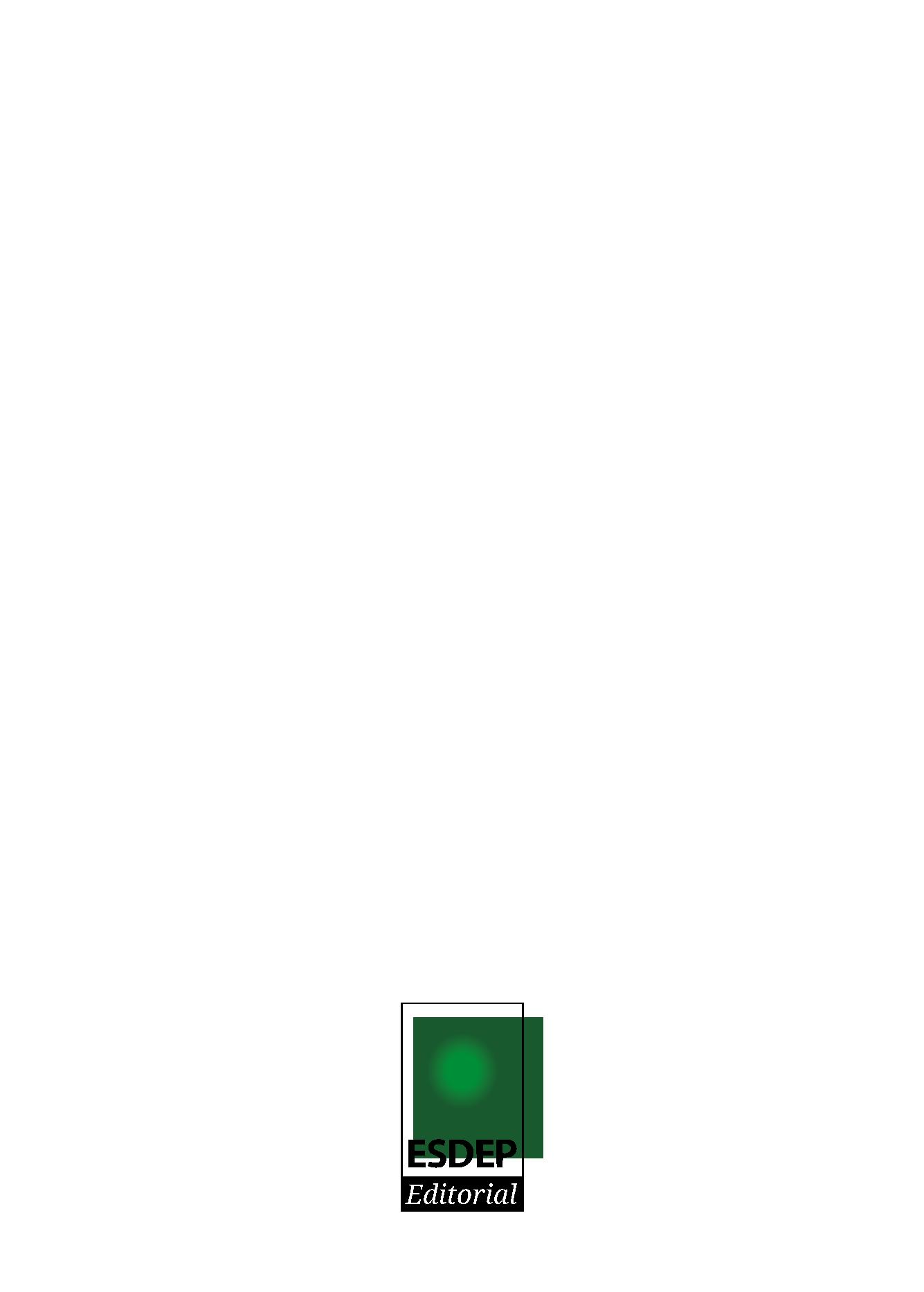


COM

DIREITOS,

CONTRA O

RACISMO



Com direitos, contra o racismo

Copyright© 2023 Defensoria Pública do Estado da Bahia. Permitida a reprodução de qualquer

parte desta edição, desde que citada a fonte.

Autoria: Núcleo de Equidade Racial - DPE/BA

Revisão de texto: Arthur Franco - ASCOM DPE/BA

Projeto gráﬁco: Aline Sales - ASCOM DPE/BA

Coordenação Editorial e de Produção: Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Imagens: Freepik e Pexels

Colagens: Aline Sales - ASCOM DPE/BA

Tiragem: 1ª edição – 5.000 exemplares (nov/2023)

BAHIA. Defensoria Pública do Estado

D313c

Com direitos, contra o racismo (2023) / Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 1ª

ed. - Salvador: ESDEP, 2023.

2

8p.: il

1

. Defensoria Pública—Cartilha. 2. Racismo. 3. Direito. I. Título.

CDD 320.56

Ficha catalográfica: Lucinete de Almeida Carvalho – CRB/5: 1889/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

www.defensoria.ba.def.br

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

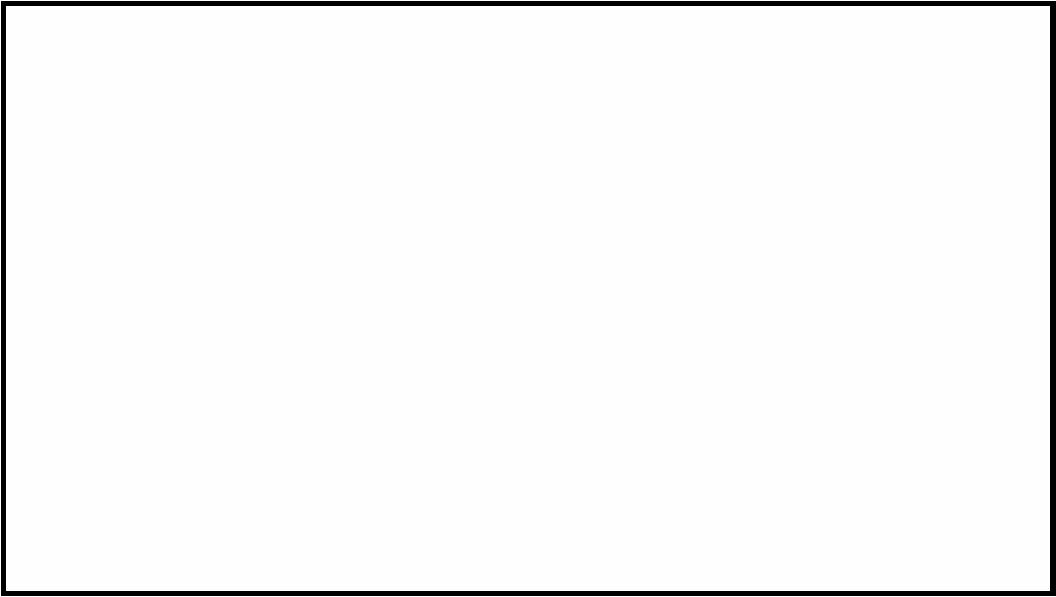
esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, 3.386, Edf. Multicab Empresarial,

CEP - 41219-400, Sussuarana, Salvador/Bahia



SU

MÁ

RIO

O que é racismo?

7

Quais situações

envolvendo racismo são

consideradas crime?

8

Eu soube que os crimes de

racismo são imprescritíveis

e inaﬁançáveis. O que isso

muda na prática?

12

Fui vítima de uma situação de

racismo. O que devo fazer?

13

15

De quem é a responsabilidade

por entrar com um processo

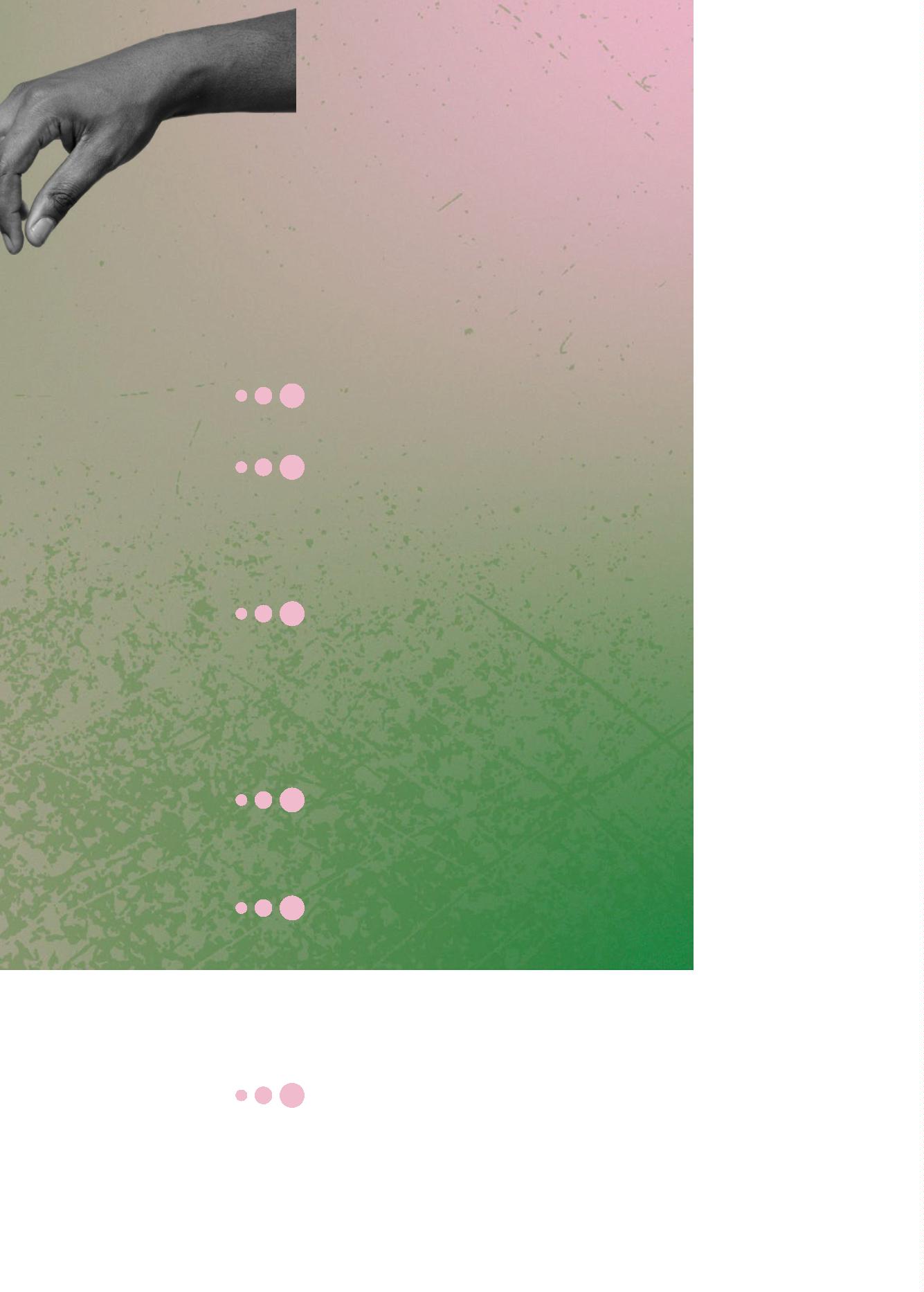
criminal quando o racismo

acontece?

O crime aconteceu pela

internet. Qual a diferença?

15



Além de ser crime, tem

17

18

alguma outra consequência?

Quem vai reparar os danos

materiais e morais que sofri?

Políticas públicas e

população negra: conhecendo

outros direitos que podem

fazer a diferença

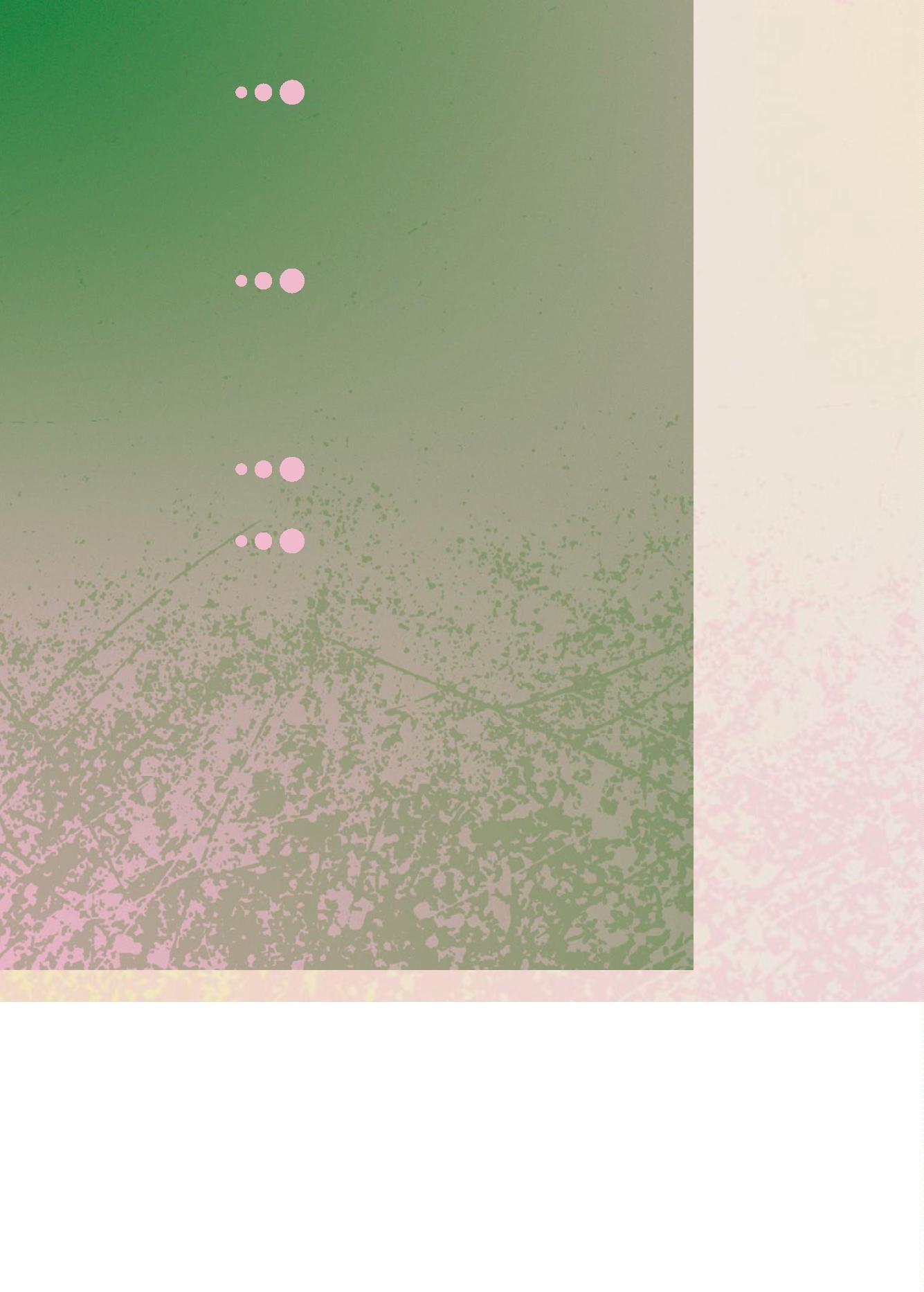
Contatos úteis

21

Onde encontrar a

Defensoria Pública?

23



O que é racismo?

O racismo é um sistema de opressão que estrutura a nossa sociedade, fazen-

do com que as vantagens e desvantagens sociais sejam distribuídas para as

pessoas de maneira desigual, privilegiando pessoas brancas e diﬁcultando a

vida das pessoas negras, independentemente da intenção de cada um.

É importante destacar que o racismo também

pode ser cometido por questões étnicas, como

por exemplo, contra indígenas e ciganos. Nesta

cartilha, vamos focar o racismo contra as pes-

soas negras.

Observe, nos espaços em que você frequenta, onde estão as pessoas negras e

quais funções que elas desempenham.

Numa unidade de saúde, você costuma ver pessoas negras na condição de mé-

dicas? E no sistema de justiça, você vê pessoas negras como defensoras públi-

cas, promotoras, juízas? E entre grandes empresários? Faça a mesma reﬂexão

sobre seu espaço de trabalho: você já teve como chefe uma pessoa negra?

Provavelmente, a sua resposta foi negativa. Isso acontece porque as barreiras

do racismo excluem as pessoas negras das posições de privilégio, que ﬁcam

concentradas entre as pessoas brancas.

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

7



Quais situações envolvendo racismo

são consideradas crime?

Além de ser um sistema de opressão, o racismo também pode conﬁgurar cri-

me, de acordo com o modo como ele ocorre.

Os crimes relacionados ao racismo estão previstos na Lei 7.716/89. De acordo

com o art. 20-C desta lei, é considerada discriminatória “qualquer atitude ou

tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimen-

to, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não

se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência”.

Veja alguns exemplos que podem ser comuns no cotidiano:

Injúria racial: acontece quando uma pessoa é ofendida (por exemplo, com xin-

gamentos ou gestos) por causa de elementos que a identiﬁcam como negra,

como a cor da pele, os cabelos ou outras características físicas, ou outros

aspectos sociais e culturais associados à negritude.

Se ligue na lei

“

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro,

em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for

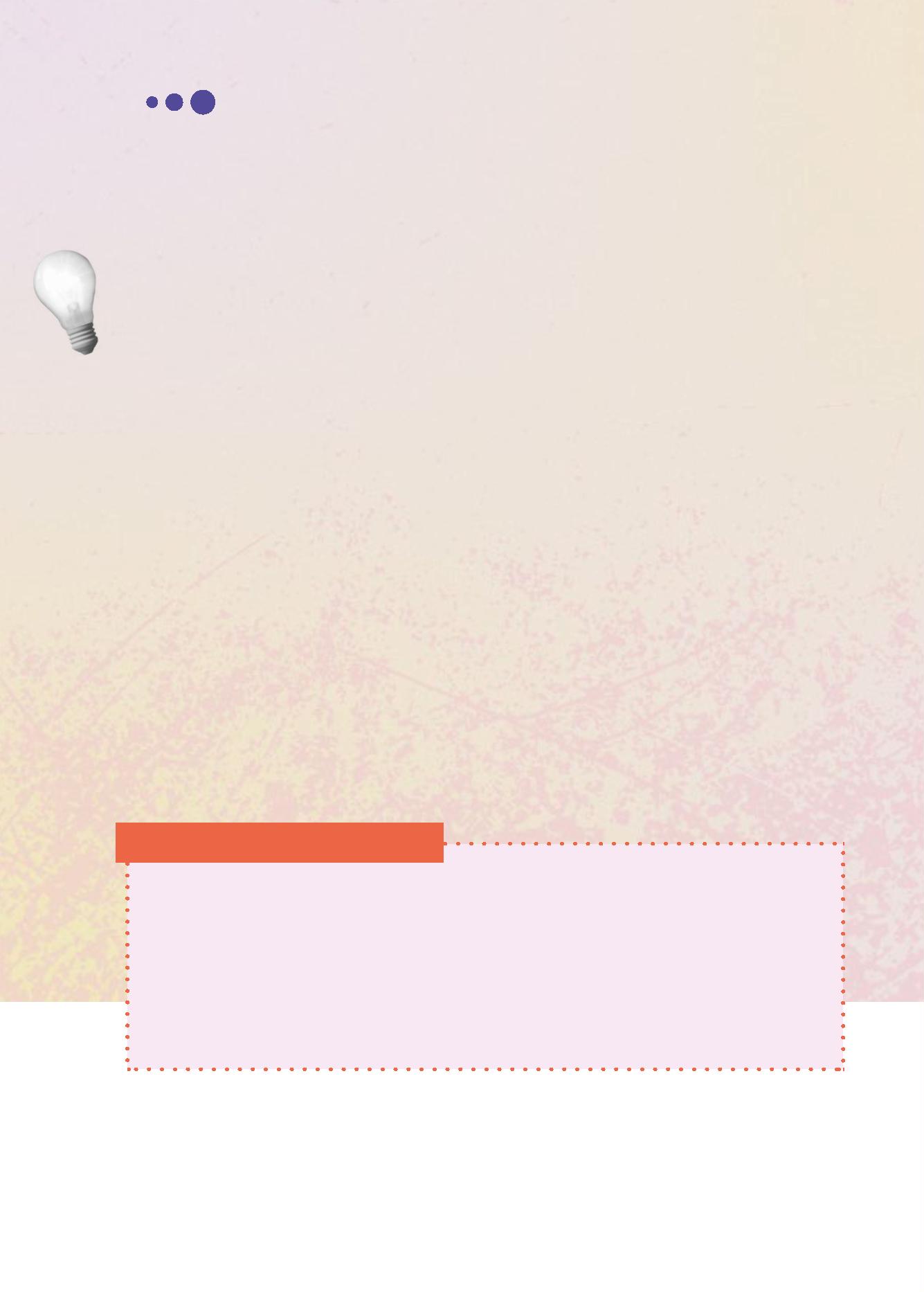
cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.”

Discriminação racial: acontece quando pessoas negras recebem tratamento

diferente do que seria dado a outros grupos de pessoas, com o intuito de pro-

8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



mover sua inferiorização. Discursos contra pessoas negras que sejam genéri-

cos, sem focar em um indivíduo especíﬁco, se enquadram nesse tipo de crime.

Se ligue na lei

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconcei-

to de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.”

Atenção: se esse crime for praticado por meios de comunicação social, incluindo

as redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, TikTok, a pena é maior:

Se ligue na lei

“

Art. 20, § 2º Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for

cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de

publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores

ou de publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.”

Fique ligado: a pena também é mais grave se o crime for praticado em ativida-

des voltadas ao público, como jogos de futebol e outras atividades esportivas,

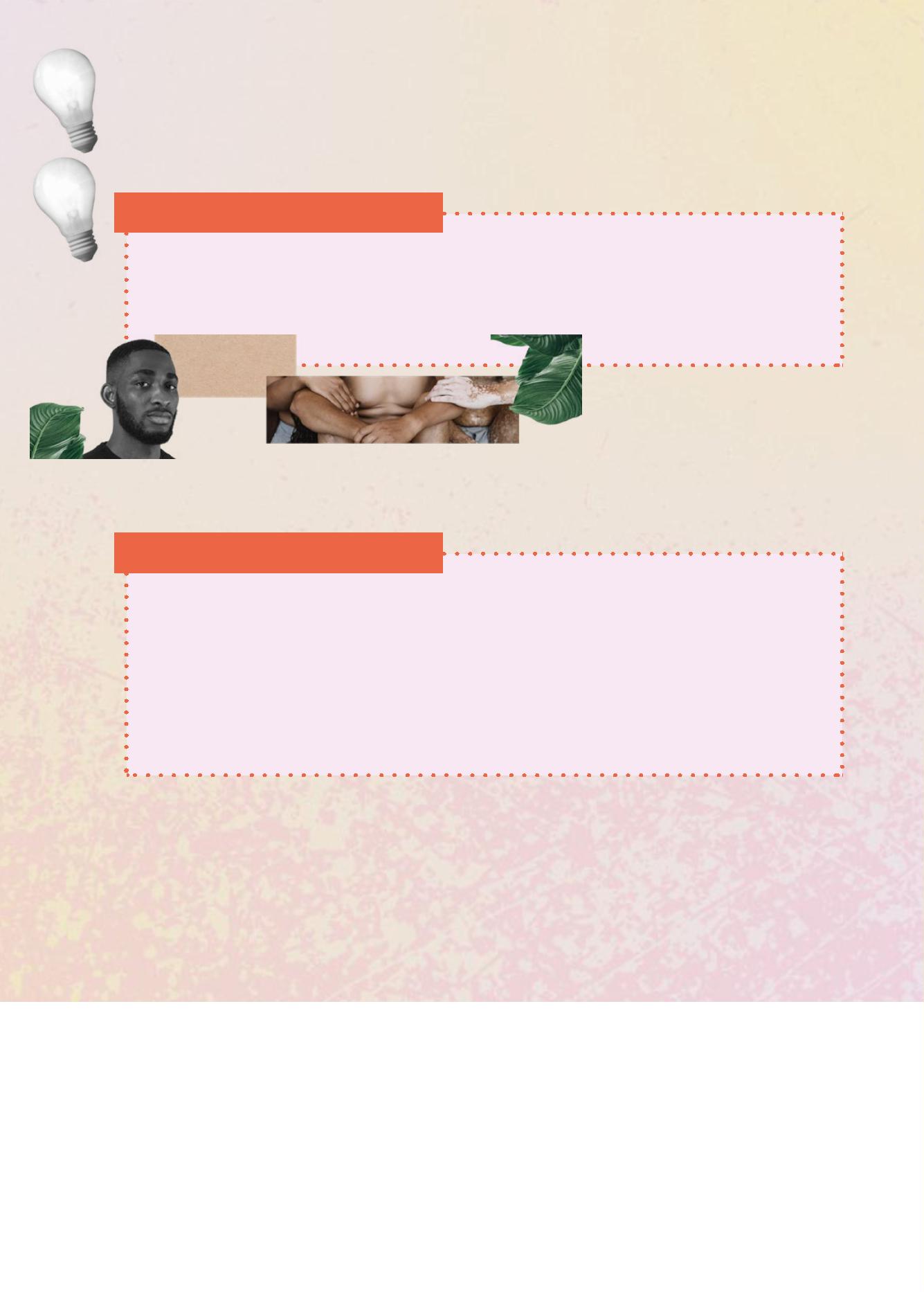
shows e outras atividades culturais, ou mesmo, no contexto de atividades re-

ligiosas. É isso mesmo: a liberdade de culto e a liberdade para se divertir não

valem como justiﬁcativa para praticar racismo.

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

9



Se ligue na lei

“Art. 20, § 2º-A Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for

cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas

ou culturais destinadas ao público:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequên-

cia, por 3 (três) anos, a locais destinados a práticas esportivas,

artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso.

Racismo religioso: atacar, ofender, inferiorizar e silenciar pessoas das religiões

dos povos de terreiro também é crime.

Se ligue na lei

“

Art. 20, § 2º-B Sem prejuízo da pena correspondente à violência,

incorre nas mesmas penas previstas no caput deste artigo quem

obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifes-

tações ou práticas religiosas.”

Não é brincadeira, é racismo: durante muito tempo, pessoas que praticavam

racismo não eram punidas por seus crimes. Isso ocorria com a justiﬁcativa que

as ofensas eram “brincadeiras”. Hoje, a legislação mudou, não só para punir

esses casos, como também para aumentar a pena quando há a “desculpa da

brincadeira”. É o chamado “racismo recreativo”:

Se ligue na lei

“

Art. 20-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumen-

tadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em

contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.”

1

0

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Segregação e impedimento de acesso também são crimes: além das situações

acima, a Lei 7.716/89 também pune, em uma lista de previsões, condutas de se-

gregação contra pessoas negras, como por exemplo, negar acesso a emprego

em empresa privada ou a cargo público, impedir entrada em estabelecimentos

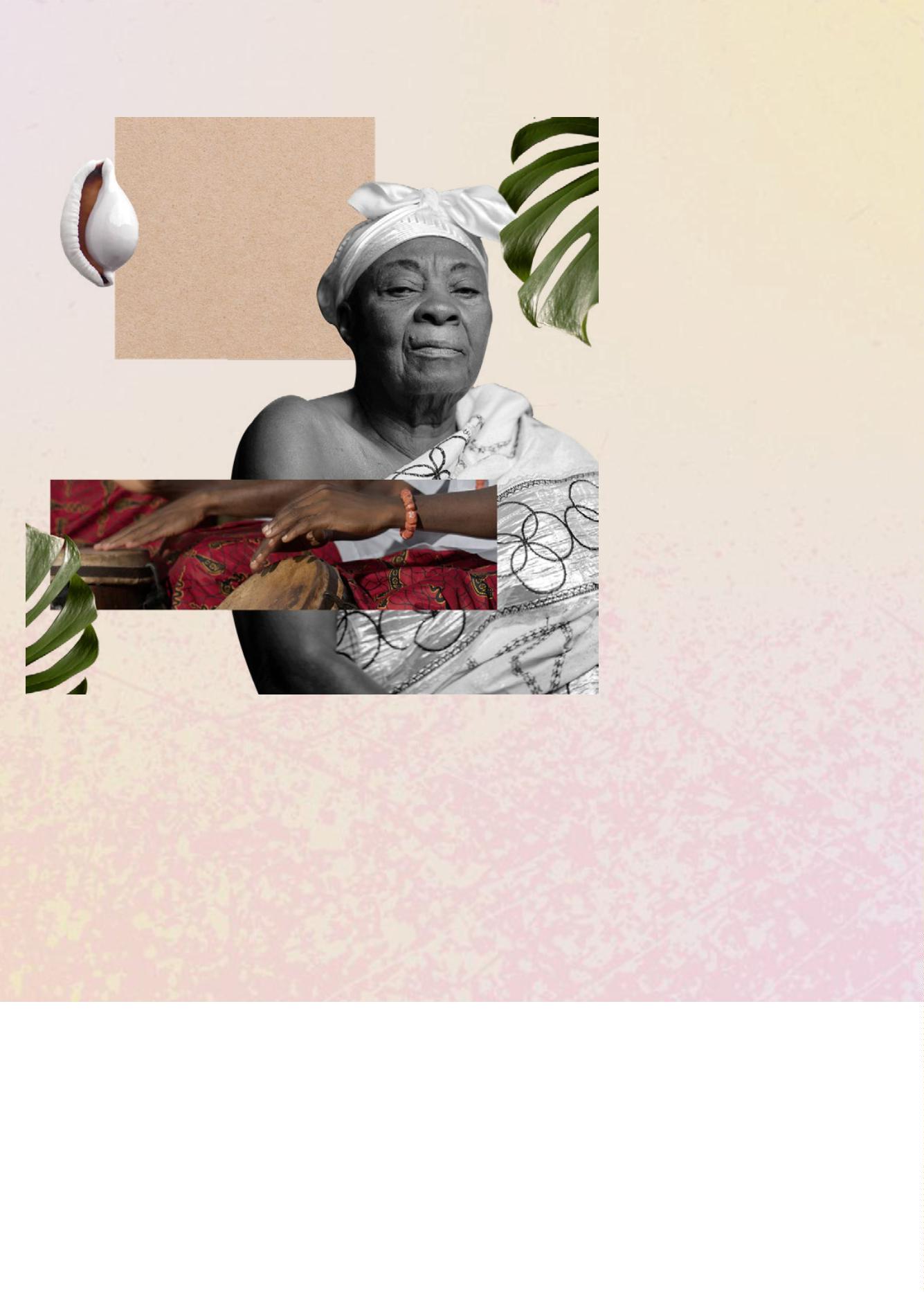
comerciais, como restaurantes e hotéis, negar matrícula em estabelecimentos

de ensino, enﬁm, qualquer tipo de exclusão de ambientes públicos ou privados,

motivada por questões raciais, é crime.

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

11



Eu soube que os crimes de racismo

são imprescritíveis e inaﬁançáveis.

O que isso muda na prática?

Em geral, o estado tem um prazo máximo para processar e julgar pessoas

(art.109 do Código Penal). Quando esse prazo se esgota, acontece o que cha-

mamos de prescrição. Ocorrendo a prescrição, a pessoa que praticou o crime

não pode mais ser responsabilizada pelas suas ações. Contudo, quando alguém

é acusado de cometer racismo, isso não acontece, pois o racismo é um crime

imprescritível (art. 5º, XLII da Constituição Federal).

No que diz respeito à ﬁança, em alguns casos, a pessoa presa em ﬂagrante

pode pagar um valor ﬁxado pelo(a) delegado(a) de polícia responsável para que

seja imediatamente liberada, respondendo ao processo em liberdade. Como o

racismo é inaﬁançável, não existe a possibilidade desta liberação.

Porém, isso não garante que a pessoa que cometeu racismo ﬁcará presa en-

quanto aguarda julgamento, uma vez que, depois de detida pelo(a) delegado(a)

de polícia (que não pode arbitrar ﬁança), um(a) juiz(a) deverá decidir se, com

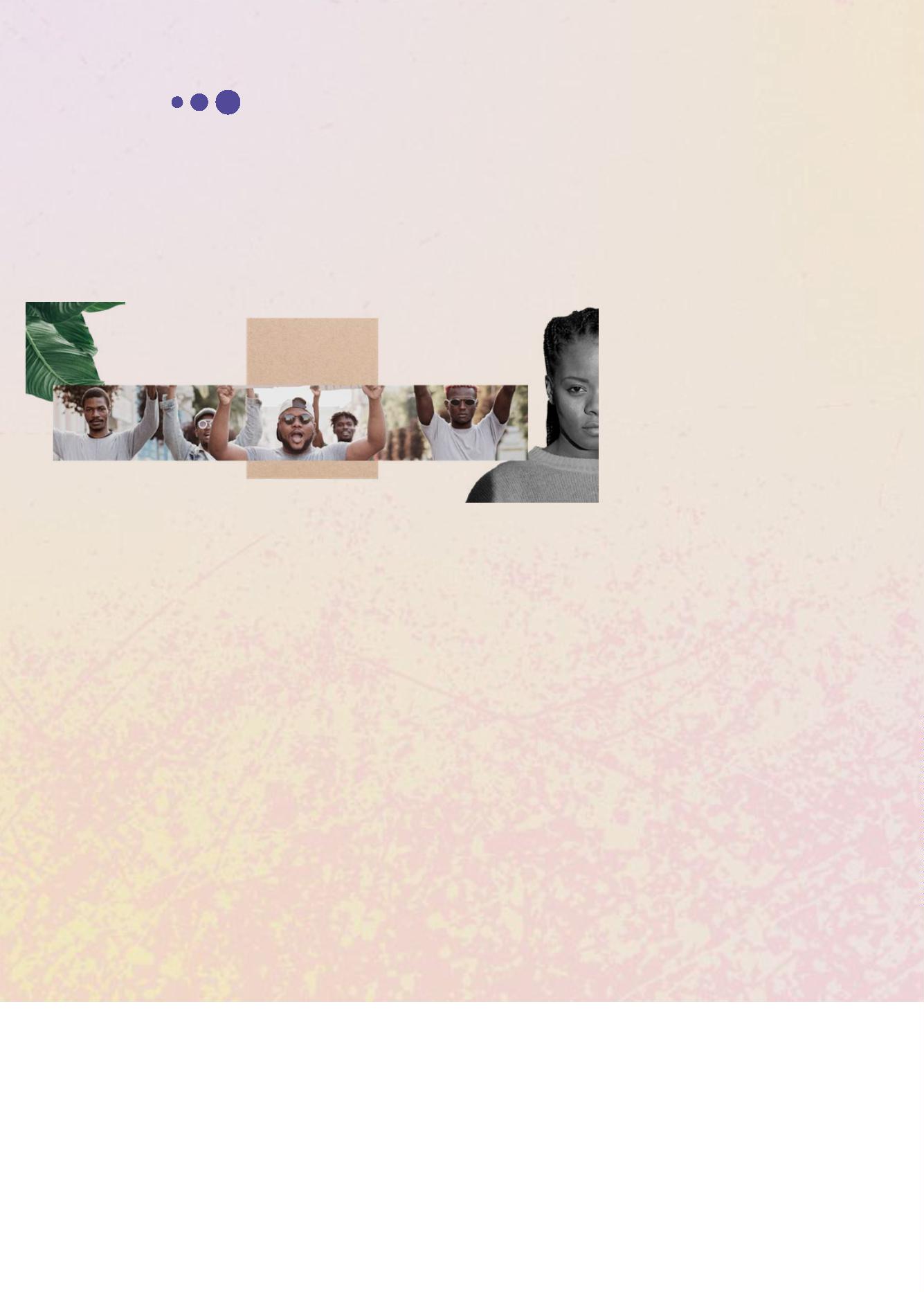
base nos requisitos dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, a pessoa

acusada poderá responder ao processo em liberdade ou não.

1

2

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Fui vítima de uma situação de racismo.

O que devo fazer?

O racismo é uma prática covarde que desestabiliza e causa sofrimento emo-

cional à pessoa que vive essa experiência violenta. Por isso, caso se veja nessa

situação, procure seguir os seguintes passos:

Respire e peça a ajuda de pessoas próximas, tanto para servirem como

testemunhas, como para chamarem a Polícia Militar (disque 190) para

que faça cessar a violência;

Se for possível, tente efetuar essas providências antes que a pessoa

agressora fuja. Se não for possível, guarde o máximo de informações

que permitam identiﬁcar essa pessoa no futuro, como nome, caracte-

rísticas físicas, placa do carro, etc;

Tente ﬁlmar as situações;

Se estiver em um estabelecimento comercial, exija a interferência do

responsável e informe à polícia se houver omissão;

O passo seguinte é registrar um Boletim de Ocorrência (BO) junto às

autoridades policiais. É com esse registro que terá início a investiga-

ção (inquérito), que dará fundamento à ação penal contra a pessoa

que praticou o racismo. O registro pode ser feito na delegacia mais

próxima do local onde a situação ocorreu ou, se preferir, por meio da

Delegacia Virtual, disponível em: https://delegaciavirtual.sinesp.gov.br/

portal/home

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

13



Acesse aqui a Delegacia Virtual

No momento de registrar a ocorrência, dê o máximo possível de informações

que permitam identiﬁcar a pessoa agressora, e descreva expressamente as

palavras, gestos e atitudes empregadas durante o crime. Informe também se

há testemunhas e outras provas acerca do fato.

Atenção: se o crime deixou lesões (ex. agressão física), ou se envolveu a

invasão ou destruição de um determinado espaço, procure presencialmente

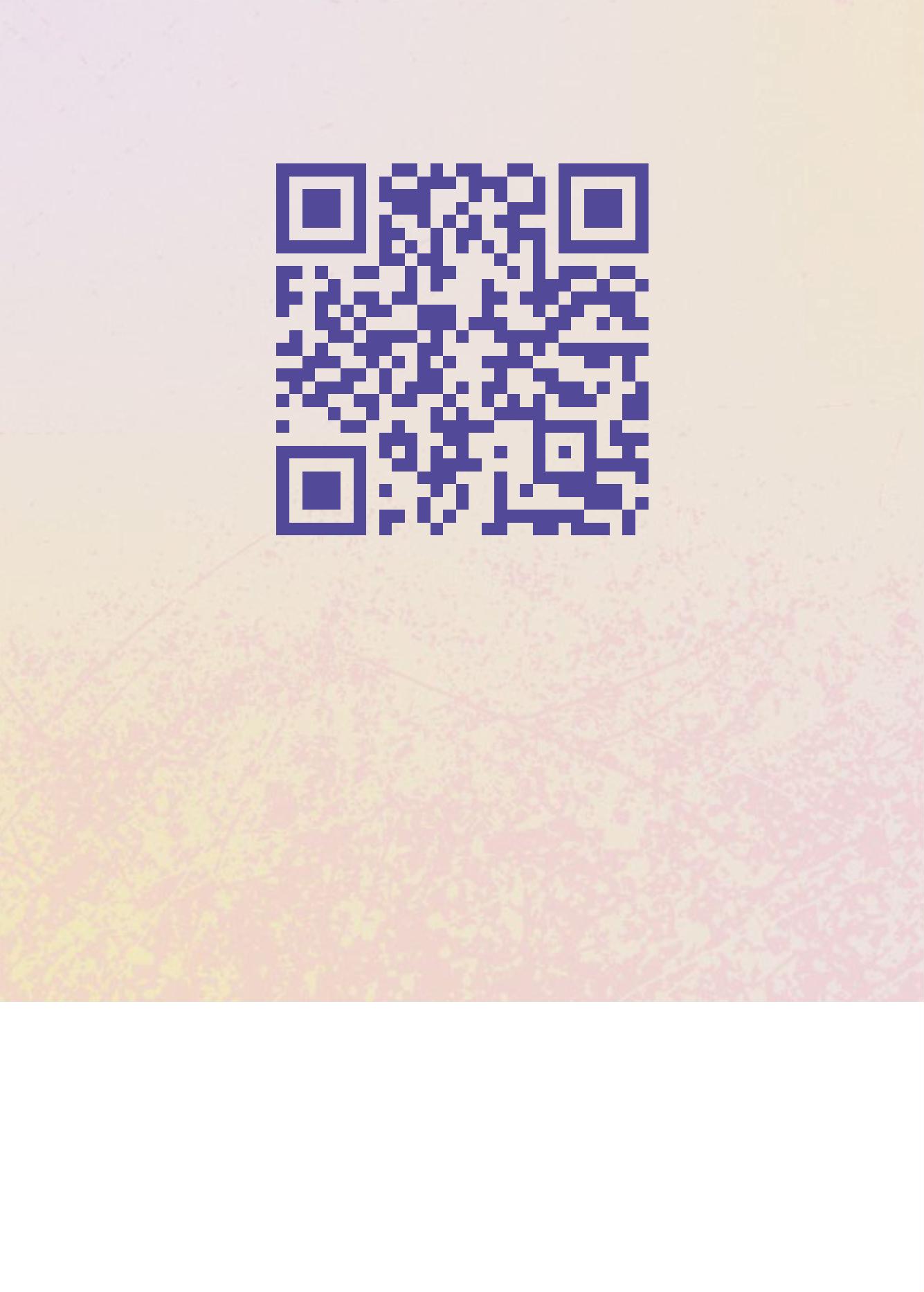
a delegacia local o quanto antes para que o exame de corpo de delito seja

feito a tempo.

1

4

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



De quem é a responsabilidade por

entrar com um processo criminal

quando o racismo acontece?

Após as alterações realizadas na Lei Caó (Lei nº 7.716/89), por meio da Lei

14.532/2023, injúria racial e racismo são considerados crimes de ação penal

pública incondicionada, o que signiﬁca que a responsabilidade por conduzir a

acusação é do Ministério Público.

Contatos: atendimento.mpba.mp.br, disque 127 ou 0800 071 1422.

O crime aconteceu pela internet.

Qual a diferença?

Parte dos crimes ocorridos pela internet são de competência da Justiça

Federal, por conta do potencial de transnacionalidade (art. 109, V, da Cons-

tituição Federal).

Se você foi alvo de racismo cometido em perﬁs de redes sociais ou sites, ou

mesmo, se deparou com conteúdos que, embora não direcionados a você,

eram conteúdos de caráter racista, inclusive em jogos online ou conteúdos

semelhantes, é necessário fazer o registro dessa ocorrência junto à Polícia

Federal, por meio do portal eletrônico ComunicaPF (https://www.gov.br/pf/pt-br/

canais\_atendimento/comunicacao-de-crimes).

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

15



Acesse aqui o ComunicaPF

Além disso, deve ser feita imediatamente uma denúncia na plataforma Safer-

net (https://new.safernet.org.br/denuncie), que é uma organização civil voltada

para a promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil.

Acesse aqui a Safernet

1

6

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Além de ser crime, tem alguma outra

consequência? Quem vai reparar os

danos materiais e morais que sofri?

Sim! A prática de racismo tem repercussões além da esfera criminal. Muitas

pessoas não sabem, mas a prática do racismo causa danos morais e cabe à

pessoa agressora ressarcir quem foi agredido. Se, além dos danos morais, o

racismo houver causado danos materiais (por exemplo, a destruição de um

bem), isso também precisa ser reparado pela pessoa agressora.

É aqui que a gente entra! A Defensoria Pública oferece todo o acompanhamento

jurídico para que a pessoa que sofreu racismo possa exigir judicialmente a

indenização que lhe é devida. O papel dessa indenização não é simplesmente

gerar um pagamento, e sim mostrar a quem agrediu e à toda sociedade que o

racismo tem sim, consequências, e que as práticas racistas devem ser bani-

das de nossa cultura. É o que chamamos de efeito pedagógico da indenização.

E atenção: quando o racismo é praticado no contexto das relações de consu-

mo, não é só o funcionário, e sim a própria empresa que responde pelos danos

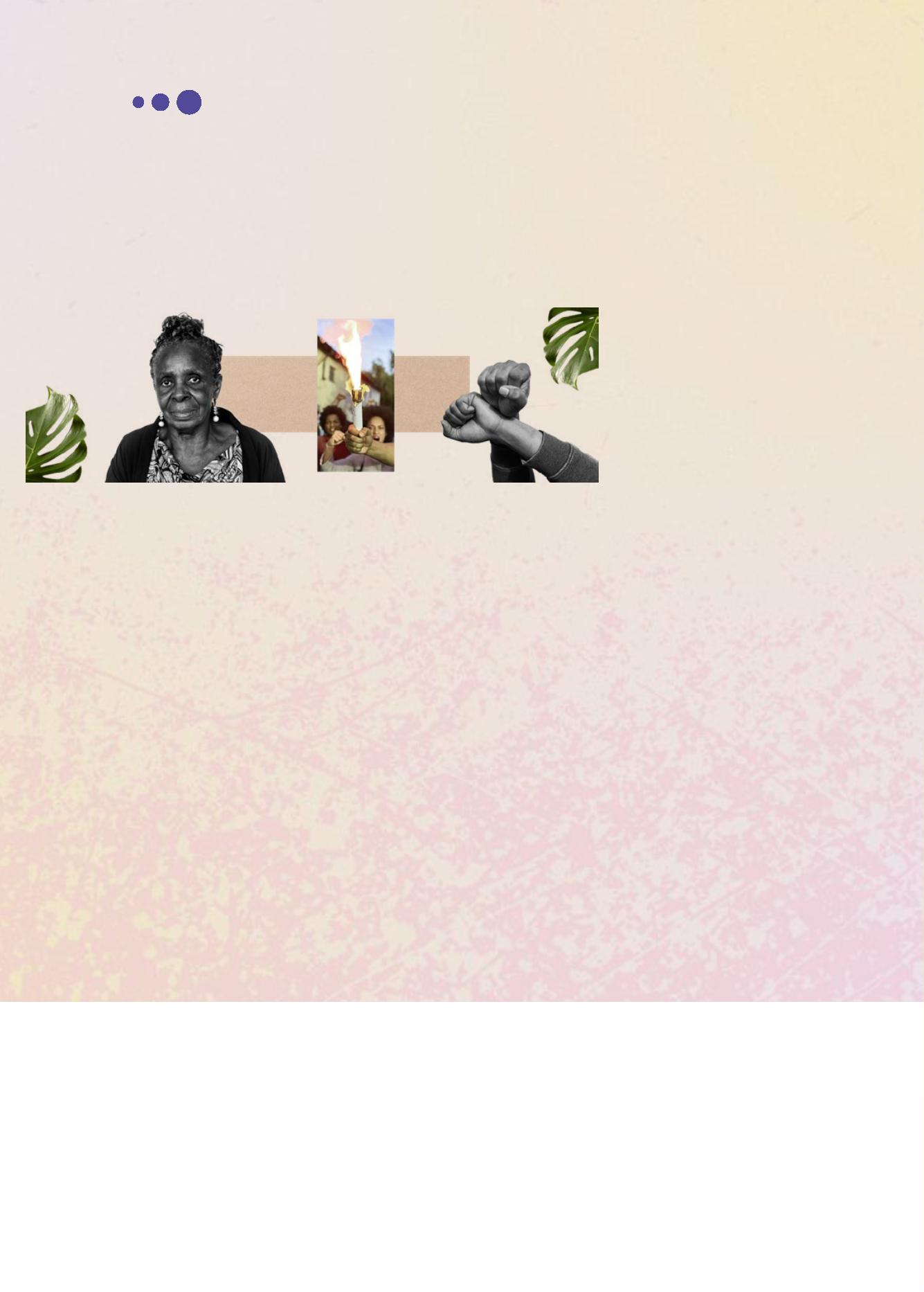
causados. É o que a legislação chama de responsabilidade objetiva, uma forma

de facilitar a defesa do consumidor que foi vítima de racismo e obrigar as em-

presas a impedirem este tipo de atitude.

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

17



Políticas públicas e população negra:

conhecendo outros direitos que

podem fazer a diferença

Além da punição criminal e da indenização cível, há outras ferramentas para

enfrentar o racismo: as políticas públicas especíﬁcas para a população negra.

A Defensoria Pública também pode ser procurada para apoiar a população ne-

gra a cobrar das autoridades o bom funcionamento de tais políticas.

Políticas públicas no campo da educação: temos as leis 10.639/2003 e

11.645/2008, que tornaram obrigatório, nas escolas públicas e particulares, o

ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Como está o cumpri-

mento dessas leis em sua escola?

Se informe, participe e, se necessário, reclame:

Defensoria Pública do estado da Bahia: infanciasemracismo@defensoria.ba.def.br

Ministério da Igualdade Racial: gab.mir@igualdaderacial.gov.br

Ouvidoria da Secretaria de Educação do estado da Bahia: telefone: 0800 284 0011/

e-mail: ouvidoria@educacao.ba.gov.br

Atenção: você sabia que existe o direito de afastamento das atividades escola-

res por motivo de questões religiosas, como por exemplo, momentos de inicia-

ção nas religiões dos povos de terreiro? É o que determina a Lei nº 13.796/2019.

Se seu direito não for respeitado, procure a Defensoria Pública!

Políticas públicas no campo da saúde: você sabia que doença falciforme, albi-

nismo, hipertensão e diabetes são mais frequentes na população negra? Para

1

8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



vencer esse quadro e promover mais saúde, foram criadas a Política Nacional

de Saúde Integral da População Negra (Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009)

e a Política Estadual de Saúde da População Negra (Decreto n.º 14.720, de 29

de agosto de 2013). A ideia é dar atenção especial às necessidades de saúde

especíﬁcas da população negra, e ainda evitar que proﬁssionais da saúde pra-

tiquem racismo contra as usuárias e usuários dos serviços. Isso porque, sofrer

racismo, por si só, já é um fator de adoecimento físico e mental. Como está o

cumprimento dessas políticas em seu cotidiano? Se informe, participe e, se

necessário, reclame:

Defensoria Pública do estado da Bahia: equidaderacial@defensoria.ba.def.br

Ouvidoria SUS Bahia:

Pelo site: https://www.saude.ba.gov.br/ouvidoria/

Pelo telefone: 0800 284 0011 (Opção 1 – Saúde). Funciona no horário

de 8h às 18h.

Presencialmente, na sede da Sesab: 4ª Avenida, 400, Centro Adminis-

trativo da Bahia/CAB, Salvador/BA, CEP: 41745-900.

Coordenação de Promoção da Equidade em Saúde – CPES -, que faz

parte da Sesab: Tel: (71) 3115-4203 | E-mail: dgc.cpes@saude.ba.gov.br

Atenção: você sabia que todo grupo religioso tem direito de promover assis-

tência religiosa em unidades hospitalares e prisionais? Infelizmente, por conta

do racismo, muitas pessoas das religiões dos povos de terreiro têm relatado

diﬁculdades para exercer esse direito. Por isso, divulgamos aqui a legislação

aplicável e reforçamos que a Defensoria Pública está à disposição para buscar

a garantia desse direito.

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

19



Se ligue na lei

Lei nº 9.982/2000: “Art. 1º Aos religiosos de todas as conﬁs-

sões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou

privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou

militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde

que em comum acordo com estes, ou com seus familiares

no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas

faculdades mentais.”

Especiﬁcamente no campo da saúde no estado da Bahia, temos a Portaria SE-

SAB nº 880/2014, que traz pontos especíﬁcos sobre a prestação da assistência

religiosa em unidades da rede estadual de saúde:

Se ligue na lei

“

Art. 2° - A assistência religiosa nas unidades da Rede Própria

da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB é garantida

aos representantes de todas as crenças religiosas, atendidos os

requisitos previstos nesta portaria.

I - A prática de culto envolvendo cerimônia coletiva será realizada

em local apropriado e multirreligioso, quando houver.

II - Em situação de urgência, à assistência religiosa individual

poderá ser prestada fora do horário normal de visita, desde que

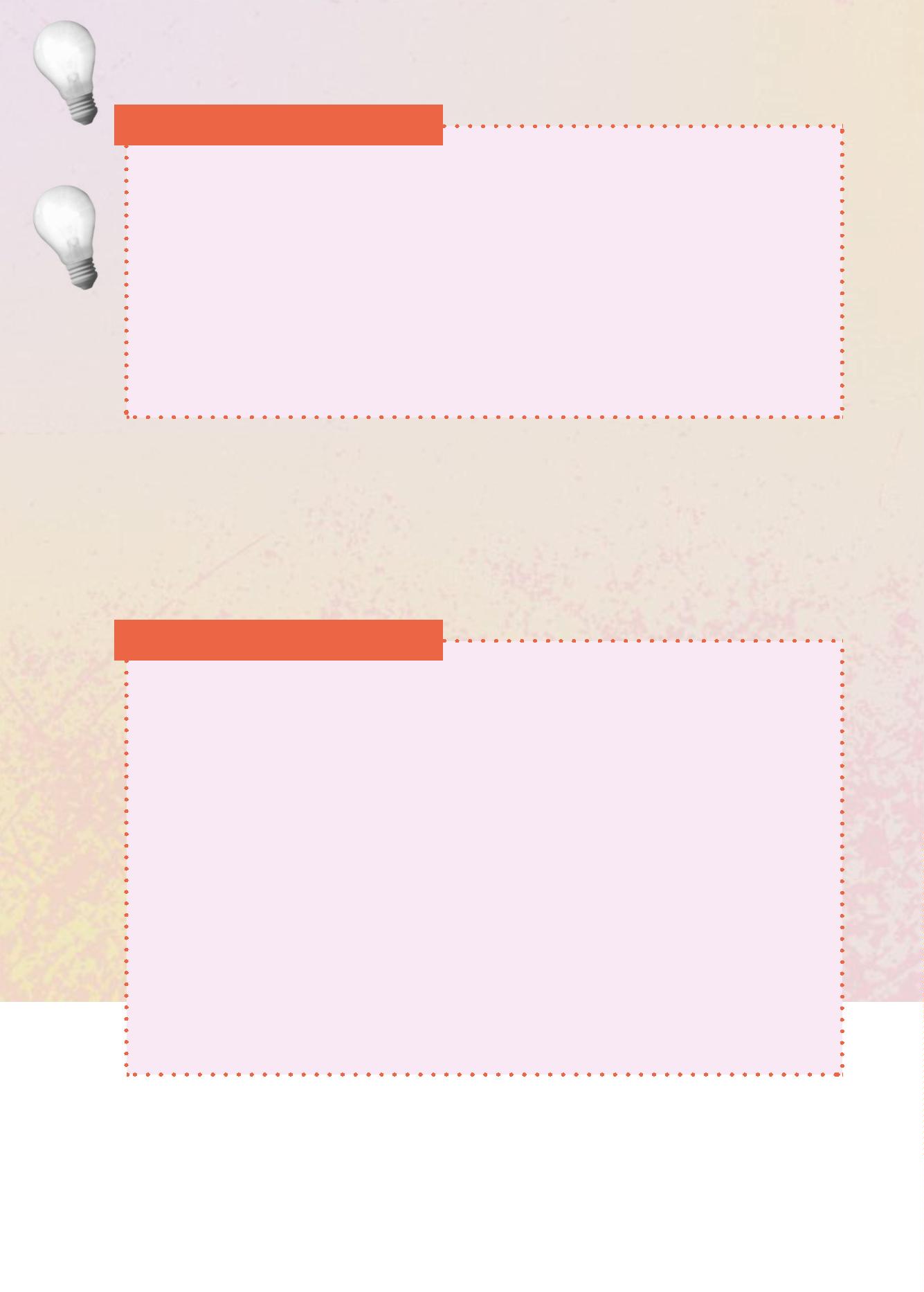
exista anuência dos Serviços Social e de Enfermagem.

III - A atuação religiosa não poderá implicar em ônus para os

cofres públicos nem para as entidades privadas aﬁns.”

20

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Contatos úteis

Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia

Atendimento telefônico: Disque 129 - Opção 02 para falar com a Ouvi-

doria. Sugestões / Reclamações / Denúncias

\*A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer região, de telefone

ﬁxo ou celular.

Atendimento presencial: Rua Pedro Lessa, 123, Canela - Salvador/BA,

próximo ao Hospital Humberto Castro Lima. Segunda a quinta, das 8h

às 17h. Às sextas, das 8h às 14h.

Centro de Referência Nelson Mandela

Telefone: (71) 3117-7448

E-mail: cr.racismo@sepromi.ba.gov.br

Endereço: Av. Manoel Dias da Silva, nº 2.177 - térreo - Pituba - Salvador/BA.

Coordenação Especializada de Repressão aos Crimes de

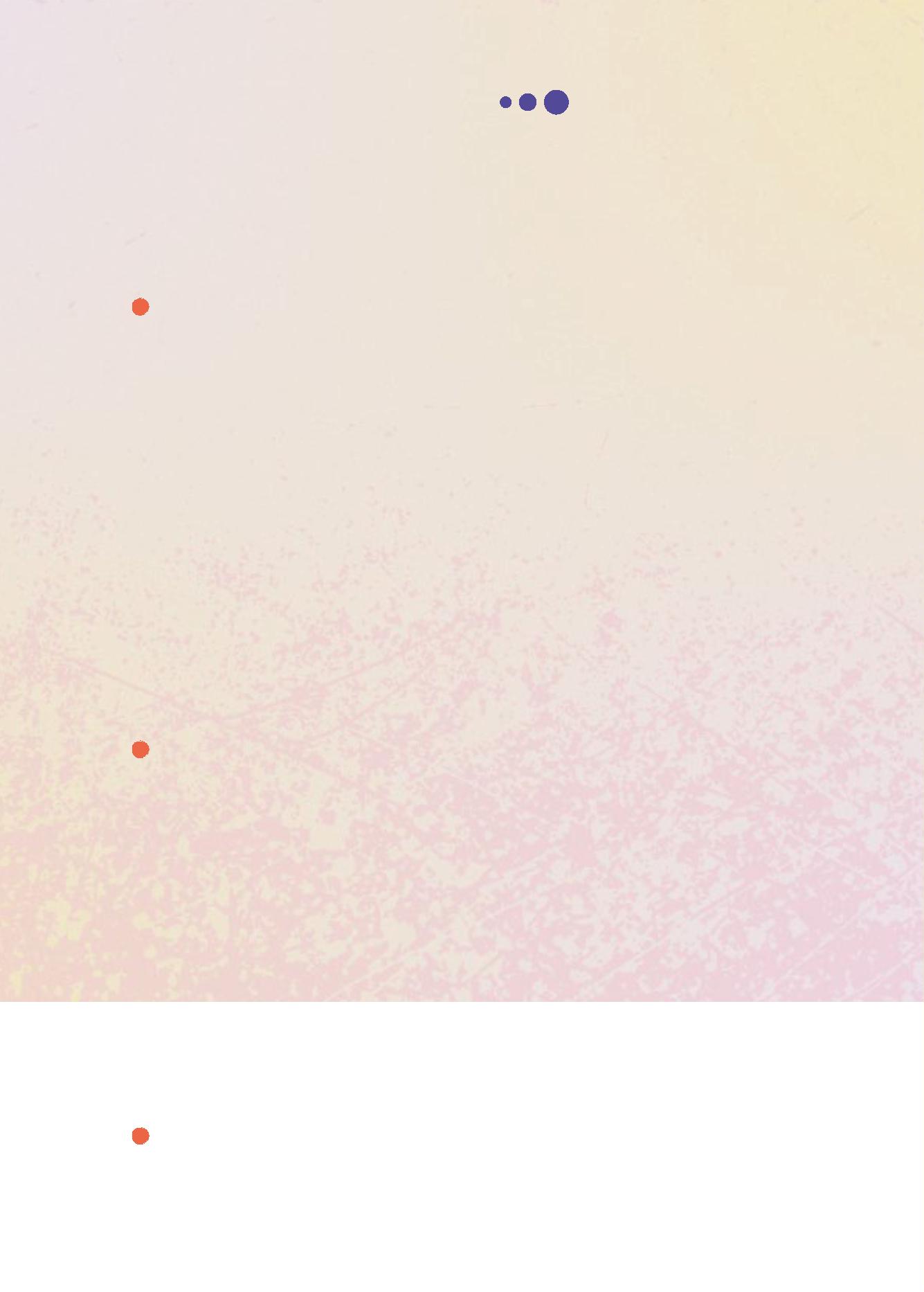
Intolerância e Discriminação - COERCID

Telefone: (71) 9 9637-8289 (WhatsApp)

Endereço: R. do Tesouro - Centro, Salvador/BA, CEP.: 40.301-110

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

21



Defensoria Pública da União - DPU

Telefone: (71) 3114-1877

E-mail: drdh@dpu.def.br / dhtc.ba@dpu.def.br

Endereço: Avenida Paulo VI, nº 844, Ed. Redenção Trade II, Pituba - Sal-

vador/BA, CEP: 41.810-001

Ministério Público do Estado da Bahia - Grupo de

Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos

e Combate à Discriminação

Telefone: (71) 3321-0639

Endereço: Rua Arquimedes Gonçalves, nº 142 Jardim Baiano - Salva-

dor/BA CEP. 40.050-300

Ministério Público Federal - MPF

Telefone: (71) 3617-2200

Site: www.mpf.mp.br/mpfservicos

Endereço: Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron

- Salvador/BA, CEP 41.192-007

2

2

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Onde encontrar a

Defensoria Pública?

A Casa de Direitos Humanos da DPE BA está localizada na Rua Arquimedes Gon-

çalves, nº 482, Jardim Baiano, Salvador/BA, mesmo local onde está o Núcleo de

Equidade Racial da DPE/BA.

É possível agendar atendimento:

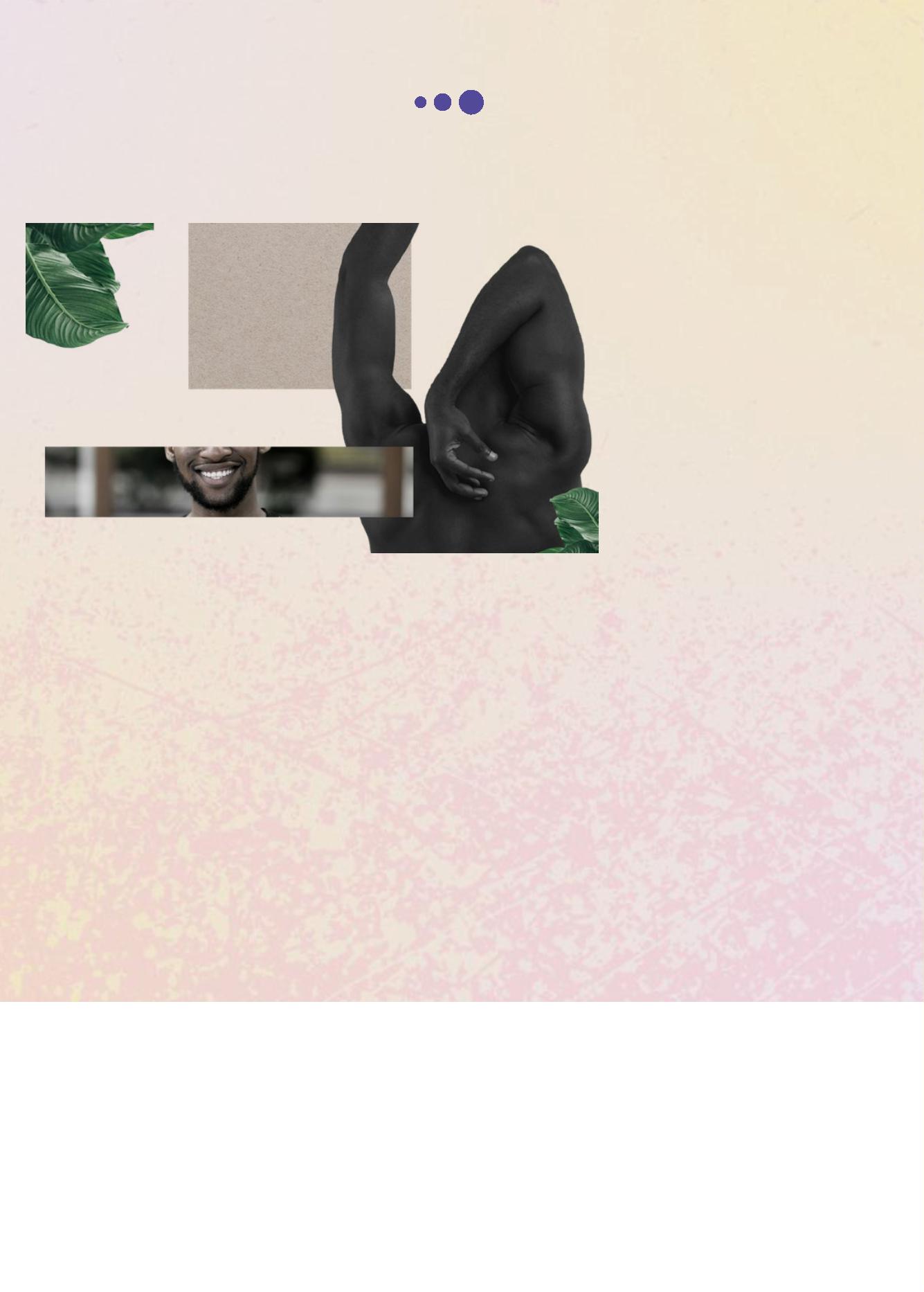
Telefone: Ligue 129 ou 0800 071 3121

Online: agenda.defensoria.ba.def.br

Mensagem: Chat da página do Facebook da DefensoriaBahia

COM DIREITOS, CONTRA O RACISMO

23



Onde encontrar a

Defensoria Pública?

Para conhecer os

endereços das unidades

da Defensoria Pública do

Estado da Bahia na capital

e no interior, selecione

a cidade no nosso site:

www.defensoria.ba.def.br

Ou no aplicativo para

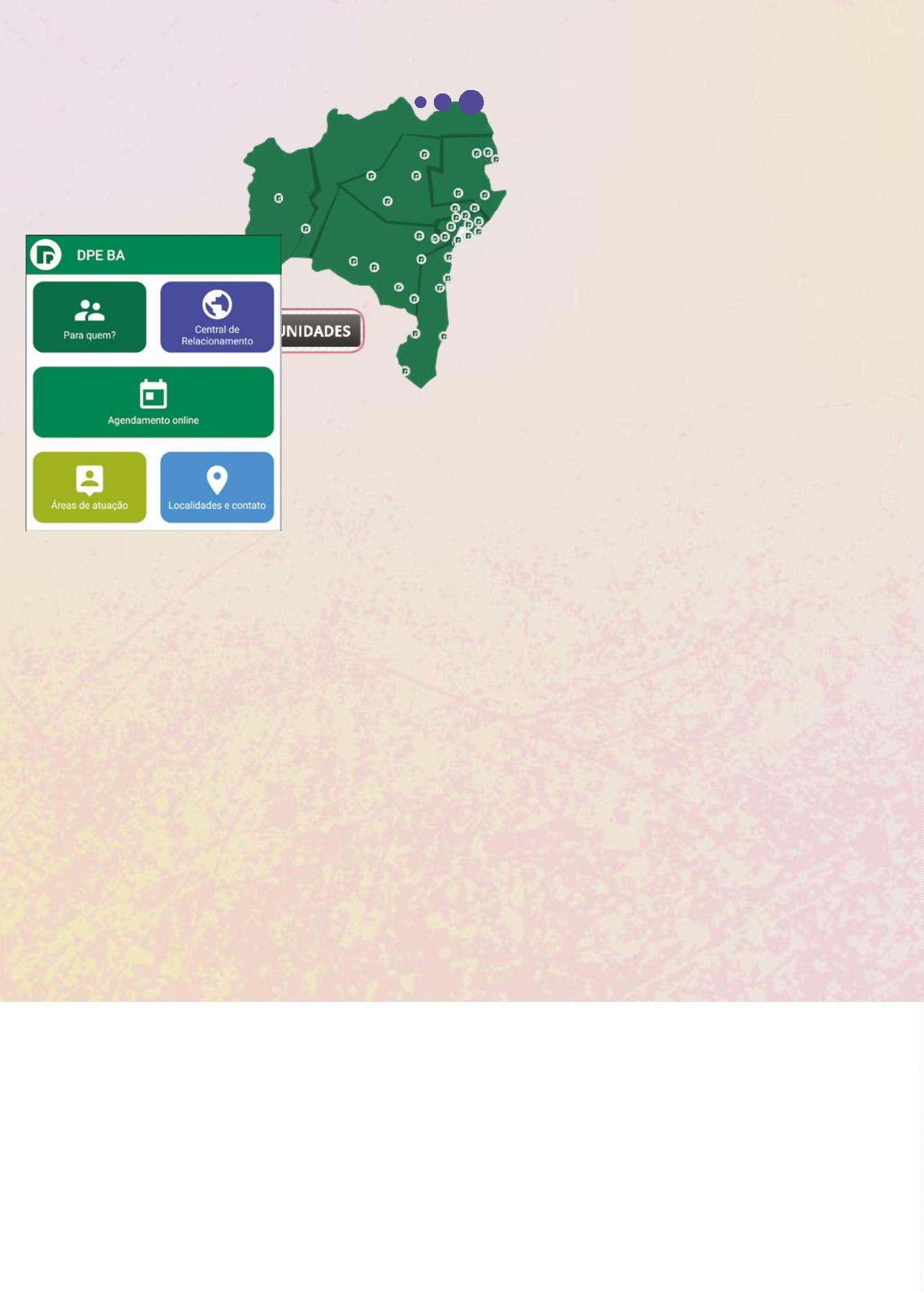
Android Defensoria Bahia,

clique em localidades e

contato

24

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA



Ou pelo número:

0

800 071 3121

